

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002336-81.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **João Elisio de Moura**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais movida por **João Elísio de Moura** em face de **Banco Santander S/A**. O requerente aduz, em síntese, ter recebido ligação telefônica de suposto funcionário da instituição financeira, mediante a qual se afirmava que seu cartão de crédito havia sido clonado. Desconfiado da situação, encerrou a ligação e, em seguida, telefonou para número oficial do banco, tendo o atendente lhe informado que seria necessário digitar a senha do cartão no telefone e entregar o cartão de crédito para um *motoboy* que passaria em sua residência. Logo após tal procedimento, entretanto, foram realizadas diversos saques e compras indevidas com seu cartão, acarretando-lhe prejuízo de R\$ 19.405,03.

Citado, o requerido apresentou contestação, sustentando inaplicabilidade da Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça ao presente caso. No mérito, apontou a culpa exclusiva do autor pelo evento danoso, a impossibilidade de restituição dos valores e a inexistência de dano moral indenizável (fls. 96/130).

Houve réplica (fls. 135/145).

Manifestou-se o autor acerca da ligação telefônica realizada (fls. 149/151).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Não é caso de aplicação da Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que não se trata de fortuito interno – fato imprevisível e inevitável que se relaciona com os riscos da atividade desenvolvida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A narrativa dos fatos e os esclarecimentos de fls. 149/151 revelam que o autor, com efeito, foi vítima de ardis e sofreu prejuízos de ordem financeira, bem assim suportou abalo moral.

Entretanto, constata-se que o réu não concorreu direta ou indiretamente para ocorrência dos danos.

O próprio autor entregou códigos de acesso e o cartão magnético aos fraudadores, viabilizando que toda ordem de despesas e saques fossem realizadas mediante utilização de seu crédito.

Para a configuração do fortuito interno da instituição financeira e, por consequência, a sua responsabilização objetiva, é imprescindível que os danos ao consumidor estejam diretamente relacionados aos procedimentos intrínsecos da instituição financeira, circunstância que não se verifica.

É o entendimento recente da Corte Paulista: "*BANCÁRIOS – Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral e repetição de indébito – Alegação de saques indevidos – Sentença de improcedência – Demonstração de utilização de cartão com chip – Prestação de serviço bancário defeituoso ou fortuito interno não demonstrado – Ausência de responsabilidade e obrigação de indenizar do apelado – Sentença mantida – Recurso desprovido*" (TJSP; Apelação 1003621-86.2017.8.26.0003; Relator (a): José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III - Jabaquara - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 24/05/2018; Data de Registro: 28/05/2018).

A hipótese vertente estampa realidade insuficiente para a reparação pretendida porque os danos não decorreram da atividade exercida pela instituição financeira, mas de ato do próprio autor que, indiligente, forneceu dados e documentos pessoais a pessoas desconhecidas.

Logo, inexistente fundamento legal para a responsabilização civil do requerido.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Sucumbente arcará a parte autora com custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade concedida.

Interposta apelação, viabilize-se a apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo inclusive - e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

São Carlos, 03 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**